

Dívida externa é de US\$ 121,2 bilhões, diz relatório do BC

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A dívida externa bruta brasileira atingiu no final do ano passado US\$ 121,3 bilhões, com crescimento de 9,2% em relação a 1986. E o déficit operacional do setor público alcançou 5,5% do PIB em 1987, superando as metas previstas de 3,5% e 4,9% do PIB. Estes dados foram divulgados ontem pelo Banco Central no documento "Brasil-programa econômico", com registros da avaliação global do comportamento da economia e das contas públicas em 1987. Pela primeira vez não são divulgadas também as estimativas para este ano. Segundo técnicos do BC isso ocorreu por causa das mudanças recentes na economia (como o congelamento da URP) e da negociação da dívida externa, onde alguns pontos estão pendentes.

A missão brasileira, que iniciou em Washington os contatos com o Fundo Monetário Internacional para a assinatura de um acordo stand by, levou na bagagem cerca de 2.500 exemplares do documento do BC. Levou também projeções para o ano de 1988 que o Banco Central não quis divulgar no relatório. A dívida de longo prazo apresentou crescimento basicamente devido à desvalorização internacional do dólar, diz o documento. A dívida registrada de médio e longo prazos está estimada em US\$ 107,5 bilhões e a não registrada (de

curto-prazo mais os juros devidos e não pagos em decorrência da moratória), em US\$ 13,8 bilhões.

O balanço de pagamentos fechou 1987 com um déficit de US\$ 1,812 bilhão, contra US\$ 3,629 bilhões registrado em 1986. O dispêndio líquido com serviços atingiu US\$ 12 bilhões, dos quais US\$ 8,8 bilhões referentes a juros. O movimento de capitais registrou em saída líquida US\$ 528 milhões, contra o ingresso líquido de US\$ 939 milhões em 1986. E as reservas internacionais no conceito operacional do BC (caixa) totalizaram US\$ 4,433 bilhões, registrando queda de US\$ 152 milhões em relação a 1986.

Segundo o documento, a retomada do processo inflacionário no ano passado ocorreu principalmente devido ao realinhamento dos preços relativos, à concretização de elevado superávit comercial e às dificuldades de se conter o déficit público, "o que levou os agentes econômicos a agir em função de expectativas pessimistas com relação ao comportamento futuro dos preços". E para reverter esse fato "foi adotada importante reforma institucional das finanças públicas".

Outros dados que constam do documento são os seguintes: a relação do piso nacional de salários no ano passado foi de 347,76% contra 365,96% verificada no Índice de Preços ao Consumidor (IPC). E em 1988, até fevereiro, houve crescimento real de 6,7% em relação ao IPC.